



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 12 – Nº 25 – Janeiro – Junho 2017
Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO POSSIBILIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA

Autora:

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia¹

¹Professora da Rede Pública Estadual, é especialista em Gestão Educacional (UFSM), licenciada em Letras (Faplan) e graduanda em Pedagogia (UFSM). renataestormovski@yahoo.com.br

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO POSSIBILIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA

RESUMO: Este artigo pretende discutir as ideias de Gestão Escolar Democrática e de Educação Humanista concebida por Paulo Freire, aproximando e estabelecendo uma relação entre as teorias. Para isso, partindo de uma abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa exploratória envolvendo a busca bibliográfica de livros e de artigos científicos que tratassem dos temas para, então, poder relacioná-los e discuti-los. Assim, foi possível perceber a inter-relação entre os temas e colocar a Gestão Democrática como uma possibilidade para a construção de uma Educação Humanista na escola, ao mesmo tempo em que esta auxilia na implementação dos preceitos da concepção de gestão abordada.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação Humanista. Gestão Escolar. Democrática.

ABSTRACT: This article intends to discuss the ideas of Democratic School Management and Humanist Education conceived by Paulo Freire, approaching and establishing a relation between theories. For this, starting from a qualitative approach, an exploratory research was carried out involving the bibliographical search of books and scientific articles that dealt with the themes in order to be able to relate and discuss them. Thus, it was possible to perceive the interrelationship between the themes and to put the Democratic Management as a possibility for the construction of a Humanist Education in the school, at the same time that it helps in the implementation of the precepts of the management conception approached.

Keywords: Paulo Freire. Humanist Education. Democratic School Management.

“Falar [...] em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira” (FREIRE, 1987, p. 47)

1 INTRODUÇÃO

Torna-se difícil descrever todos os empecilhos que vêm sendo colocados frente à educação pública brasileira atualmente. Só nos últimos meses, várias ameaças foram feitas por meio da proposição de reformas sociais impulsionadas principalmente no âmbito federal. A aprovação da PEC 241 (ou PEC 55 no Senado Federal), transformada então em Emenda Constitucional 95/2016, que restringe os investimentos não somente na área em questão, mas também na saúde, põe em risco mais do que o financiamento, mas principalmente a qualidade da educação oferecida em todo o país. O apoio crescente de determinados segmentos a iniciativas como a do movimento Escola Sem Partido, que busca controlar por meio de lei os discursos proferidos nos ambientes escolares, privando os professores de fazerem algo intrínseco à tarefa de educar, que é auxiliar na formação crítica e de opinião dos sujeitos, também se torna uma enorme barreira à construção de uma proposta educativa comprometida

com a sociedade. E dentre as ameaças à educação, em específico àquela pública, que deve ser direito de todos e possuir qualidade, não se pode deixar de citar a Reforma do Ensino Médio, que com medidas extremamente controversas impôs sua implantação por meio de medida provisória (e de muita propaganda positiva na grande mídia), permitindo inclusive a atuação de docentes apenas com o tão duvidoso “notório saber”. Essa reforma, além de fragmentar o currículo, pormenorizar a relevância formativa de algumas disciplinas e tornar grande parte delas opcional em 40% da etapa, traz o ensino técnico como solução para os problemas que há anos vêm sendo alvo de discussões nos ambientes escolares e acadêmicos.

Mas medidas avessas a uma educação pública, democrática e cidadã também podem ser observadas em propostas e ações um pouco mais locais. Na rede estadual gaúcha, é preciso conviver com as constantes investidas do governo para a transferência de ações que são obrigações do Estado para a iniciativa privada, como o Programa Escola Melhor – Sociedade Melhor, que, em troca de publicidade, busca em pessoas físicas e jurídicas valores para a manutenção das instituições públicas. Os atrasos dos repasses às escolas, o parcelamento salarial dos servidores e as discussões constantes quanto à necessidade de “readequação” do Plano de Carreira do Magistério também imperam nos discursos, promovendo ataques que fragilizam não somente a profissão docente e o provimento público à educação, mas principalmente as concepções que norteiam as práticas pedagógicas.

Diante de tantas preocupações que envolvem o cenário educacional, a necessidade de se buscar uma educação libertadora, crítica e voltada a uma qualidade social se torna premente. Somente com uma formação ampla e integral será possível formar cidadãos aptos a enxergarem além do senso comum e perceberem, de forma contextualizada e aprofundada, os impactos das políticas públicas fundamentadas por determinadas visões de Estado na vida de toda a população. Uma educação que conscientize não somente aos alunos, mas também a toda a comunidade (na qual os professores também estão incluídos) sobre a necessidade de se quebrar com o silêncio opressor a que estamos acostumados, fazer resistência aos ataques às políticas sociais e nos mobilizarmos para lutarmos contra eles é urgente. Isso, no entanto, só é possível por meio de uma educação que busque o diálogo e, dessa forma, estimule a criticidade acerca das informações recebidas, fomenta a apropriação do conhecimento relacionando-o ao contexto social e dê espaço para a discussão e para as trocas, estratégias fundamentais à formação crítica e que são sinônimo da Educação Humanista defendida por Paulo Freire e também amparam os principais ideais da Gestão Escolar participativa e democrática.

Assim, neste artigo, pretende-se discutir os preceitos da Educação Humanista de Paulo Freire e da Gestão Escolar Democrática, aproximando tais concepções e buscando apontar como ambas dialogam e colaboram uma com a outra, propiciando a emancipação e favorecendo a consolidação de uma educação pública, democrática e de qualidade, que se coloque em resistência aos retrocessos que tentam se impor atualmente nas políticas públicas. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica que, de cunho exploratório e a partir de uma abordagem qualitativa, visitará livros e artigos científicos sobre as teorias citadas para que estas possam ser discutidas e inter-relacionadas, respondendo, dessa maneira, à proposta deste artigo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Educação Humanista

As muitas ameaças que estão se impondo à educação pública, dentre as quais algumas das citadas na introdução deste artigo, pedem o rompimento com o silêncio, imploram por mobilização e luta. Afinal, não somente a área educacional, mas diferentes setores da sociedade vêm sofrendo com a extinção de políticas sociais que, ainda longe de serem plenas na concretização de seus objetivos, buscavam garantir certos direitos à população, principalmente em seu estrato mais carente.

Diante desse cenário, Paulo Freire ressurgiu, justamente neste ano em que são lembrados os 20 anos de sua morte, como resposta a muitos de nossos dilemas, entre os quais nossa incompreensão de como é possível que fiquemos calados e imóveis diante de tantos ataques a nossos direitos, muitas vezes dolorosamente conquistados. Ao recordarmos sua Pedagogia do Oprimido, vislumbramos nossa situação e a compreendemos um pouco, ao mesmo tempo em que suas ideias quanto à Educação Humanista, que leva o homem a tornar-se sujeito, que analisa, compreende e luta pela transformação da sociedade, parecem mostrar os rumos que a educação precisa tomar para formar sujeitos conscientes e críticos, que busquem a transformação.

A ideia de Educação Humanista de Paulo Freire ampara-se na ontologia do ser, na vocação humana em “ser mais”, em que a educação é concebida como fenômeno humano, o que implica o constante diálogo com mundo. E esse diálogo é realizável por meio da práxis - ação e reflexão constantes sobre a realidade, que propiciam ao homem operar e transformar o

mundo, sendo um homem-sujeito e não um homem-objeto, guiado pela ação de outros homens (FREIRE, 1969). Na perspectiva humanista, não se pode privar o outro de agir, de ser, de falar, de buscar. O homem é ser de busca permanente que se dá primeiro no próprio humano e então no mundo, já que não se pode separar suas relações, o que faz com que não se busque nada sozinho e sem que se percebam seus próprios limites. A humanização é o objetivo da busca e nunca o contrário, a desumanização, já que o homem, em sua incompletude, busca sempre o humano, o ser para si e não para o outro. Freire afirma que:

[...] uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador. (FREIRE, 1969, p. 128)

Essa fala, em especial, resume sua concepção de Educação Humanista e reflete a educação que se faz necessária (na visão deste trabalho) no contexto social e político vivido, já que quer o homem como sujeito, como pessoa, e não como "coisa". Quer um sujeito que quebre com o silêncio imposto, não aceite as imposições políticas que são contrárias às vontades do povo e se manifeste. Essa atitude requerida em sua formação inicia com relação aos problemas de sua escola, mas se alonga envolvendo a sua comunidade e também toda a sociedade, em uma concepção de educação que contrarie a educação bancária, discutida por Freire há cerca de cinquenta anos e ainda presente nas práticas escolares.

Na educação bancária, oposta à Educação Humanista, todo o processo baseia-se em depositar conteúdos, estabelecendo a contradição educador-educando e, nas palavras de Freire, servindo à "domesticação do homem" (1969, p. 128). Nessa concepção, é o educador quem sabe, educa, fala, escolhe os conteúdos, enfim, quem é o sujeito. Ao educando, como objeto, resta apenas não saber, deixar-se ser educado, escutar, receber os conteúdos passivamente, por imposição, e arquivá-los, memorizá-los para, então, repeti-los. A educação bancária busca adaptar o homem, não o deixar desocultar a realidade, já que nega a sua busca, imobilizando a transformação do mundo.

A concepção humanista e libertadora da educação, ao contrário, jamais dicotomiza o homem do mundo. Em lugar de negar, afirma e se baseia na realidade permanentemente mutável. Não só respeita a vocação ontológico do homem de ser mais, como se encaminha para esse objetivo. Estimula a criatividade humana. Tem do saber uma visão crítica; sabe que todo saber se encontra submetido a condicionamentos histórico-sociológicos. Sabe que não há de saber sem a busca inquietada, sem a aventura do risco de criar. Reconhece que o homem se faz homem na medida em que, no processo de sua hominização até sua humanização, é capaz de admirar o mundo. É capaz de, desprendendo-se dele, conservar-se nele e com ele: e, objetivando-o, transformá-lo. Sabe que é precisamente porque pode admirar o mundo que o homem é um ser da práxis ou um ser que é práxis. Reconhece o homem como um ser histórico. Desmistifica a realidade, razão por que não teme a sua desocultação. Em lugar do homem-coisa, adaptável, luta pelo homem-pessoa, transformador do mundo. (FREIRE, 1969, p. 130)

A Educação Humanista, assim, recusa a educação bancária e problematiza o homem em sua relação com o mundo, buscando superar a contradição entre educador e educando. Faz isso por meio da dialogicidade, em que não há mais um educador e um educando, mas um educador-educando e um educando-educador, ou, como nos traduz de forma épica Freire: "Isso significa: que ninguém educa a ninguém; que ninguém tampouco se educa sozinho; que os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1969, p. 131).

Isso se dá sem manipulação do educando, sem sua adaptação, problematizando a realidade sem mascará-la e concebendo o sujeito como consciente, sem influenciar sua reflexão, mas tornando-o ciente de todas as particularidades que uma problemática possui, respondendo a desafios para despertar e perceber nuances até então obscuras, em uma práxis crítica, que torna inseparável a reflexão da ação sobre o mundo.

São essas ideias de Educação Humanista de Paulo Freire que se colocam com uma necessidade em nossas escolas para que sejam formados sujeitos que se conscientizem sobre si e sobre o mundo, colocando-se como protagonistas da luta para a transformação da sociedade e sua melhoria. É essa formação que se torna indispensável em tempos de ataques às políticas sociais que envolvem diversos setores, entre os quais o educacional. No entanto, ao mesmo tempo, tal efetivação parece utópica diante de todo o currículo que se coloca como obrigação, das pressões para bons resultados em avaliações externas e das dificuldades enfrentadas na rotina escolar. Por compreender toda a complexidade que envolve essa construção, esse trabalho propõe um olhar para a Gestão Escolar Democrática, pois esta se coloca como possibilidade para que as ideias freireanas sejam implementadas na escola. Isso porque essa concepção de gestão prioriza a abertura para a participação e para o diálogo, democratizando todas as suas tomadas de decisão, nas quais estão questões pedagógicas, sociais, políticas, financeiras, culturais e tecnológicas (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO,

2010), envolvendo toda a comunidade escolar. Tal ideia de educação, dessa maneira, prioriza a discussão coletiva e a formação de sujeitos críticos, assim como propõe Freire e será elucidado a seguir.

2.2 A Gestão Democrática

Nas últimas décadas, o conceito de administração escolar mudou de forma enfática. Os movimentos pela redemocratização do Estado e também das instituições provocaram reflexões sobre as teorias empresariais que até então influenciavam a área e trouxeram as ideias de gestão participativa e democrática ao âmbito educacional. Isso significou não somente a inclusão de um novo termo, mas principalmente alterações conceituais marcantes na forma de conceber a instituição em seu processo de organização, de tomadas de decisão e nas relações entre os sujeitos, em “um projeto de educação pública de qualidade social e democrática” (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2010).

Defendida em legislações inicialmente na Constituição Federal de 1988, a Gestão Democrática também foi enfatizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e em muitos documentos subsequentes, abarcando as esferas estaduais e municipais. Atualmente, figura ainda na Meta 19 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, o que a reafirma como forma de gestão a ser adotada pelas instituições escolares. Sua consecução, no entanto, não foi um processo simples. A Gestão Democrática remonta a lutas de diferentes segmentos da sociedade e é considerada uma conquista dos movimentos sociais. Conquista essa que reforça na escola valores como a democracia, a participação, a coletividade e a dialogicidade, muito afins ao legado de Freire, que constou como uma das principais referências a esse processo de (re)construção.

Como discutido por Lück, essa “ideia de gestão educacional desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, globalização, participação, práxis, cidadania, etc.”(1997, p.3). Essas ideias se contrapõem às de eficiência e produtividade que tantas vezes influenciam as práticas, bem como ao enfoque produtivo incentivado pelas políticas neoliberais que dão à escola “um viés econômico e comercial” (SANDER, 2005, p. 126) num contexto de Gestão Produtiva.

Concepção praticamente unânime atualmente entre profissionais e pesquisadores em educação, a Gestão Democrática é encarada por Lück como uma sinergia que, guiada pela

equipe gestora, envolve professores, alunos, funcionários e pais nas tomadas de decisão. Tendo como características a autonomia e a participação, essa forma de gestão também envolve o autocontrole, “que equilibraria a autonomia e participação, para que a unidade de ensino não venha a cair no espontaneísmo e laissez-faire” (1997, p. 2), e a responsabilidade com a melhoria da coisa pública, buscada e comprovada diariamente.

E dessa forma, como a gestão implica o compartilhamento das tomadas de decisão, a equipe que motiva a democratização das práticas escolares também precisa ser escolhida por meios democráticos, mediante a participação pública nas eleições. Esse processo muitas vezes é erroneamente tido como a única característica dessa concepção de gestão, no entanto, representa apenas seu primeiro impulso. A sinergia que envolve a escolha participativa e democrática da equipe gestora volta-se, então, para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, que se dá por meio da discussão e da reflexão acerca dos objetivos, das necessidades e das expectativas de toda a comunidade escolar, que se transformam em ações. Em um processo reflexivo e dialógico, a elaboração do PPP reflete a diversidade e as singularidades de cada instituição em sua relação com a comunidade, percebendo seus limites e seus desafios e guiando sua transformação.

Nessa busca, os grupos representativos (como os grêmios estudantis e os conselhos escolares, já defendidos na LDB quando se trata da Gestão Democrática) desempenham uma função fundamental para que a gestão seja participativa e transparente, tornando a democracia uma realidade dentro da escola. Os órgãos que representam a comunidade escolar debruçam-se sobre todos os aspectos próprios à educação, sejam eles sociais, políticos, pedagógicos, culturais, tecnológicos e artísticos (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2010) e não devem deliberar apenas sobre questões financeiras, como comumente acontece nas instituições. Não que os aspectos financeiros devam ser pormenorizados; apenas não podem minar as discussões e sufocá-las, já que a Gestão Democrática também defende o financiamento público da educação, o que garante não só uma educação gratuita para todos, mas preserva a autonomia da escola e princípios como a liberdade, a igualdade e o pluralismo de ideias, garantidos também na LDB. Nesse sentido torna-se importante salientar que a Gestão Democrática não aceita ideias como as de privatização e de terceirização, típicas da Gestão Produtiva e da administração escolar voltada ao mercado, que vêm infiltrando muitas políticas educacionais, pois compreende que isso delimita as tomadas de decisão da comunidade escolar e restringe seus ideais, que remontam à visão polissêmica do ser humano, de educação como prática social e de escola que, como pertencente à sociedade, visa sua transformação.

Essa concepção de gestão, enfim, está ligada

ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LÜCK, 1997, p.01)

E tais resultados se voltam à conquista da qualidade social (DOURADO, 2007b), que não é representada por bons índices em avaliações externas ou em números altos de aprovação em vestibulares, mas pela formação crítica, de cidadãos atuantes em sua comunidade, ativos e participativos, voltados à diminuição das desigualdades e à valorização da diversidade. Formação requisitada na contemporaneidade para que as ameaças e os ataques às políticas públicas sociais possam ser encarados, discutidos e combatidos, por meio da resistência ao conservadorismo que não aceita a transformação, a igualdade e a diversidade, fundamentais a uma sociedade justa e democrática.

Os preceitos da Gestão Democrática, dessa forma, mostram-se como necessários em nossas escolas em sua totalidade, e não fragmentados, fixados apenas em eleições de equipes diretivas que se tornam tantas vezes arbitrárias, direcionando as tomadas de decisão e privando sua comunidade da participação efetiva. É sua concepção de educação e seu comprometimento com a transformação da sociedade que precisam ser evocados, em uma perspectiva que conscientize, mobilize e una a comunidade em prol de interesses comuns e que se voltem à superação das adversidades. Nesse contexto é que se percebe seu entrelaçamento com a Educação Humanista, de Paulo Freire, e como a gestão pode possibilitar a efetivação de seus ideais no cotidiano escolar, favorecendo uma formação crítica, tão requisitada no atual momento vivido em nossa sociedade.

2.3 A Gestão Democrática como possibilidade de uma Educação Humanista na escola (Ou seria o contrário?)

A Educação Humanista de Freire lança um olhar de esperança sobre a sociedade e sua transformação. E essa esperança volta-se à educação, que através de sua concepção humanista pode possibilitar a emancipação e as rupturas, propiciando, assim, as condições para se batalhar pelas mudanças almejadas. A Educação Humanista, entretanto, pode ser fortemente atacada por seu teor utópico e é por isso que esse trabalho propõe seu entrelaçamento com a Gestão Escolar Democrática, pois acredita que essa visão de gestão possibilita a planificação

dos ideais humanistas freireanos. Somente com a abertura da escola para toda a comunidade, com a escuta do outro com interesse, atenção e sem imposição é possível estabelecer um diálogo tão simples - e ao mesmo tempo profundo - capaz de fazer conhecer a complexidade da comunidade escolar e, mediante isso, compreendê-la e conscientizá-la. Assim, na abertura dialógica, a reflexão e a discussão se planificam, possibilitando a percepção das situações-limite, a desocultação da realidade, a conscientização e, então, a transformação, em que todos se colocam como homens-sujeito e, juntos, buscam sua vocação ontológica.

Para isso, é fundamental o fim da educação bancária, já que, se essa se mantém, não pode haver Gestão Democrática. Sem uma educação problematizadora não há o desvelamento, a desocultação da realidade e a luta pela transformação. Com a busca por uma Educação Humanista, que acaba com as contradições educador-educando e envolve não somente estes dois atores, mas todos os sujeitos da comunidade escolar em um diálogo franco, sem imposições, acolhendo a diversidade e levando a todos a se perceberem como sujeitos da transformação é que a gestão democratiza seu Projeto Político Pedagógico, seus grupos representativos e todas as suas tomadas de decisão. Quando toda a comunidade, partindo obviamente da relação educador – educando, percebe-se como sujeito que tem voz e espaço de ação não somente dentro do espaço escolar, mas em toda a sociedade, sem a acomodação e a aceitação, há a luta pela transformação.

A escola, assim, passa a ser concebida como espaço de busca, de construção e de formação, bem como de percepção e de conscientização das situações-limite, propiciando a ação coletiva para a transformação, que se expande para além do ambiente escolar e atinge o meio social. Junto a uma Educação Humanista, a Gestão Democrática torna públicas suas tomadas de decisão e suas ações e as democratiza, mas principalmente torna real o seu objetivo de uma educação com qualidade social, voltada à formação de sujeitos atuantes em sua comunidade, críticos em sua leitura de mundo, que façam acontecer a transformação social. Essa é a formação e a atuação na sociedade tão requeridas atualmente, mediante os ataques que ações governamentais têm feito aos direitos mais elementares da população, como a educação, a saúde e, enfaticamente nos últimos meses, também a previdência social.

A Gestão Democrática não busca a contradição educador-educando e nem qualquer tipo de relação que sobreponha funções ou cargos, mas encara a todos como gestores, como responsáveis pela transformação não somente da escola, mas da sociedade. Pede o diálogo, e é justamente esse diálogo voltado ao construir juntos, ao transformar o mundo, que é incentivado por Freire. Um diálogo amoroso, baseado na escuta interessada e no acolhimento

à diversidade que democratiza as concepções, as tomadas de decisão e também, talvez principalmente, as ideias de educação que a escola possui. E nessas ideias está a essência da sociedade que se busca, o que torna tão importante unir as ideias de Freire com as de Gestão Democrática. Ideias que buscam fortalecer (e que tem potencial também de reconstruir) uma escola e uma sociedade democráticas, lutando contra a opressão e buscando políticas públicas mais justas socialmente.

Por isso, pode-se concluir que não somente a Gestão Democrática se torna possibilidade de uma Educação Humanista na escola, como à priori essa pesquisa problematizou, mas também a Educação Humanista proposta por Freire se coloca como possibilidade para que a gestão consiga alcançar todas as suas dimensões, atingindo seus ideais. Com um diálogo entre essas teorias é possível efetivar a educação horizontalizada, libertadora e crítica, que impõe resistência e motiva para a atuação e para a transformação da sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire é lembrado com um carinho especial em 2017 por este ano marcar os 20 anos de sua morte. Mesmo com muitos estigmas e preconceitos quanto a suas concepções, estas têm se mostrado cada vez mais necessárias diante dos ataques que se colocam diante das políticas públicas de cunho social e, entre elas, de uma educação pública, democrática e que busque a transformação da sociedade.

Este trabalho buscou mostrar que, com os preceitos da Educação Humanista de Freire tornados vivos na escola por meio da Gestão Democrática (e vice-versa), os ideais de ambas as propostas podem deixar de ser pura utopia, como considerado por alguns, e se tornarem uma realidade. E, caso aqueles que buscam a manutenção das coisas como estão insistam, vale lembrar como Freire defendeu o resgate da utopia, do sonho e da esperança (1992), já que é isso que nos motiva a não desistir, a não deixar as amplas investidas das ideias conservadoras e sua insistência pela manutenção do status quo se estabelecerem, prejudicando sempre àqueles que mais precisam do Estado.

Como Freire muito bem nos explica, muitas vezes, enquanto oprimidos, não nos sentimos responsáveis pela história e, mediante o silêncio, nos curvamos (e deixamos muitos se curvarem, o que é ainda mais grave) àquilo que nos é imposto. Recentemente, ataques às

políticas sociais não nos foram capazes de “chacoalhar” suficientemente para a mobilização e para a luta. Por isso, acreditar que a democracia precisa estar amparada pela escola e colocá-la como foco da gestão é fundamental para nos unirmos, nos humanizarmos e, fortalecidos, irmos à luta, como atores e construtores da história. Para isso, resgatar a vocação ontológica defendida por Freire é fundamental, dando possibilidades para que todos possam realmente ser, ser mais, descobrindo-se através da quebra do silêncio e da busca, sendo isso possível na escola por meio de uma Gestão Democrática que, ao mesmo tempo, tem seus preceitos alcançados por meio das ideias humanistas, em uma relação imbricada, dialética e íntima entre as teorias. Unindo as ideias de Gestão Democrática e de Educação Humanista, não somente a escola é democratizada, mas a sociedade, já que todos os atores da comunidade escolar refletem, debatem, pensam, agem e lutam juntos, percebendo-se como sujeitos, como protagonistas das mudanças almejadas nos diferentes espaços e como responsáveis pela superação das situações-limite que se colocam além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

DOURADO, L. F.(Coord.). **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007a. 65 p.

DOURADO, L.F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007b. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em 02 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969. Disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1127> .Acesso em 02 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LÜCK, H. A Evolução da Gestão Educacional a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, Brasília, n. 03, p. 13-18, nov. 1997.

OLIVEIRA, J.F.; MORAES, K.N.; DOURADO, L.F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Material didático utilizado no

Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na disciplina Políticas e Gestão na Educação. 2010a, p.1 –13.

PEREIRA, V.A.; DIAS, J.R.L.; ALVARENGA, B.T (org.). **Educação popular e a pedagogia da contramarcha**: uma homenagem a Gomercindo Ghiggi. Passo Fundo: Méritos, 2013.

SANDER, B. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.